

Pioneiro

AO
TEU
LADO

Ano 76 - nº 14.979

CAXIAS DO SUL, 27 DE FEVEREIRO DE 2024



PÁGINA CERTIFICADA

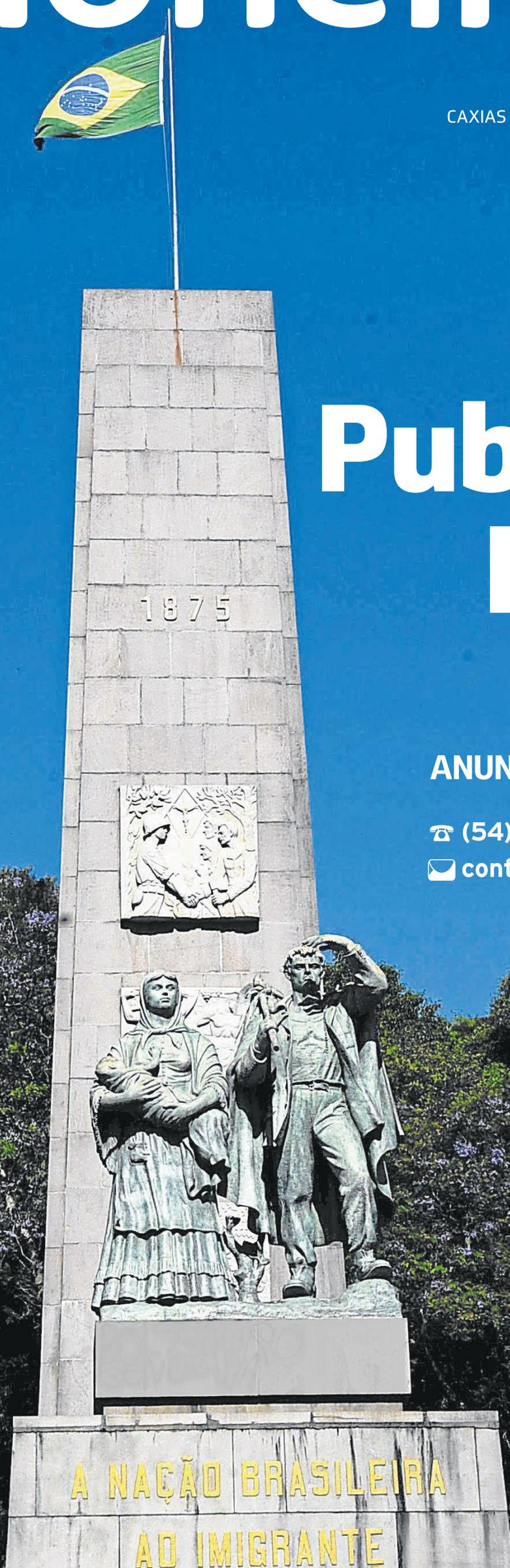
O jornal Pioneiro confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em pioneiro.com/publicidadelegal

Publicidade Legal

ANUNCIE AQUI

☎ (54) 3218-1234

✉ contato.comercial@gruporbs.com.br



A NAÇÃO BRASILEIRA
AD IMIGRANTE

MARCOPOLO S.A. - CNPJ nº 88.611.835/0001-29 - Companhia Aberta - CVM: 00845-1 - NIRE 43300007235

*continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Volare Comércio e Distribuição de Veículos e Peças Ltda. - Controlada integral, localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, tem por objeto o comércio por atacado de peças e acessórios para veículos automotores. Loma Hermosa S.A. - Coligada, com participação de 51% no capital, localizada na Província de Buenos Aires, Argentina. A Loma tem por objeto a participação em outras sociedades e tem as seguintes controladas/coligadas: Metalpar S.A. - Controlada, com participação de 98% no capital, localizada na Província de Buenos Aires, Argentina. A Metalpar tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus. MetalSur Carrocerias S.R.L. - Controlada, com participação de 51% no capital, localizada na Província de Santa Fé, Argentina. A MetalSur tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus. Valeo Climatização do Brasil - Veículos Comerciais S.A. - Coligada, com participação de 40% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Valeo tem por objeto a montagem, comercialização, importação e exportação de equipamentos de refrigeração e climatização e participação em outras sociedades, tendo as seguintes controladas: Valeo Thermal Commercial Vehicles México S.A. de CV - Controlada integral, localizada no México e tem por objeto a montagem, comercialização, importação e exportação de equipamentos de refrigeração e climatização. Spheros ThermoSystems Colômbia Ltda. - Controlada integral, localizada na Colômbia e tem por objeto a montagem, comercialização, importação e exportação de equipamentos de refrigeração e climatização. WVSU Espumas Indústria e Comércio Ltda. - Coligada, com participação de 30% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A WVSU tem por objeto a fabricação e comercialização de espuma de poluretano, moldados e seus derivados. 7. Caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros e derivativos: 7.1 Caixa e equivalentes de caixa

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Caixa e depósitos bancários, No Brasil, No exterior, Títulos e valores mobiliários de liquidez imediata, No Brasil (*), No exterior, Total da caixa e equivalente de caixa.

(*) Considerado, substancialmente, a aplicação em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remuneradas a taxas que variam entre 98,0% e 105,0% do CDI, resultando em uma média ponderada de aproximadamente 102,3% do CDI em 31 de dezembro de 2023.

7.2 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos financeiros derivativos

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Circulante, Instrumentos financeiros derivativos, Derivativos - mercado a termo (Non Deliverable Forwards).

Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativo ou passivo circulante. A Companhia não possui instrumentos financeiros que tenham sido registrados segundo o tratamento contábil de hedge accounting de acordo com IFRS 9/IFC 48.

8. Contas a receber de clientes

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Circulante, No mercado nacional, No mercado externo, Partes relacionadas, Relações interfinanceiras, Ajuste a valor presente.

(a) Investimento em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas: Os investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas estão demonstrados a seguir:

Large financial table with columns: Apolo, Ciferal, Ilmot, Loma, MAC, MP, US, MBC, MP Austrália, Masa, MP Argentina, MIC, Moneo, Canad, MP, MP Next, MP México, Neobus Chile, Polo Venture, Rotas do Sul, San Marino México, Syncro, MP Trading, Volare Veículos, Volare Comércio, 2023, 2022. Rows include Dados dos Investimentos, Saldo inicial, Saldo em 31 de dezembro de 2023, and various adjustments.

(1) Empreendimentos no exterior. (2) Estes saldos contemplam investimentos e ágio. (3) A Ciferal foi incorporada pela Marcopolo S/A, em 01 de julho de 2023 e sua operação foi totalmente transferida para a Marcopolo. (4) A empresa Rotas do Sul encerrou suas atividades em 01 de dezembro de 2023. (5) Em março de 2023, a administração efetuou a dissolução da controlada Marcopolo Canadá, passando de forma direta a participação na coligada canadense NFI Group Inc. (NFI).

Empreendimentos controlados em conjunto:

Table showing investment details for Loma, Metalpar, Superpolo, 2023, and 2022. Rows include Capital social, Patrimônio líquido, Ações ou quotas possuídas, Lucro líquido, and Saldo inicial.

(1) Empreendimentos no exterior. (2) Estes saldos contemplam investimentos e ágio. Coligadas:

Table showing investment details for Mercobus, Valeo, WVSU, New Flyer (*), 2023, and 2022. Rows include Capital social, Patrimônio líquido, Ações ou quotas possuídas, Lucro líquido, and Saldo inicial.

(a) Síntese da movimentação do imobilizado da controladora

Table with columns: Terrenos, Prédios e construções, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Equipamento de informática, Veículos, Outras imobilizações em andamento, Direitos de uso-Prédios, Total. Rows include Saldo em 1º de janeiro de 2022, Depreciações, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Custo do imobilizado, Depreciação acumulada, Valor residual, Saldo em 31 de dezembro de 2023.

(b) Síntese da movimentação do imobilizado consolidado

Table with columns: Terrenos, Prédios e construções, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Equipamento de informática, Veículos, Outras imobilizações em andamento, Direitos de uso-Prédios, Total. Rows include Saldo em 1º de janeiro de 2022, Depreciações, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Custo do imobilizado, Depreciação acumulada, Valor residual, Saldo em 31 de dezembro de 2023.

(c) Garantia: Em 31 de dezembro de 2023, propriedades com valor contábil residual de R\$ 10.131 (R\$ 11.140 em 31 de dezembro de 2022) estão sujeitas a uma fiança registrada para garantir empréstimos bancários e contingências.

14. Ágio e intangível: (a) Síntese da movimentação do intangível da controladora

Table with columns: Softwares, Marcas registradas e licenças, Ágio, Total. Rows include Saldo em 1º de janeiro de 2022, Adições, Depreciações, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Custo do intangível, Amortização acumulada, Valor residual, Saldo em 31 de dezembro de 2023.

(b) Síntese da movimentação do ágio e intangível do consolidado

Table with columns: Softwares, Marcas registradas e licenças, Carteira de clientes, Outros intangíveis, Ágios, Total. Rows include Saldo em 1º de janeiro de 2022, Adições, Depreciações, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Custo do intangível, Amortização acumulada, Valor residual, Saldo em 31 de dezembro de 2023.

9. Estoques

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Produtos acabados, Produtos em elaboração, Matérias-primas e auxiliares, Importações em andamento, Provisão para perdas nos estoques.

A movimentação da provisão para perdas nos estoques está demonstrada abaixo:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Saldo em 1º de janeiro de 2022, Reversão de provisão, Provisão registrada no exercício, Variação cambial, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Reversão de provisão, Provisão registrada no exercício, Transferências (*), Variação cambial, Saldo em 31 de dezembro de 2023.

(*) Refere a incorporação da empresa Ciferal, conforme nota explicativa 2.23.

10. Tributos a recuperar

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Circulante, Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Reintegro, Imposto sobre Valor Agregado (IVA), PIS/Colinas a recuperar - Exclusão ICMS da base cálculo, Outros, Não circulante, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), PIS/Colinas a recuperar - Exclusão ICMS da base cálculo, Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

11. Investimentos

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Controladas, Controladas em conjunto, Coligadas, Outros investimentos.

Composição do ágio:

Table with columns: Loma/Metalpar, Ciferal, New Flyer, MP Austrália, Total. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2022, Efeito cambial, Baixa, Saldo em 31 de dezembro de 2023, (c) Teste de ágio para verificação de impairment: (i) Ágio da controlada - Ciferal: Composto pelo ágio gerado na aquisição do investimento na San Marino, incorporado pela Ciferal em 31 de março de 2022. A controlada Ciferal foi incorporada na Marcopolo em 01 de julho de 2023, sendo o ágio sobre a unidade de negócio Ciferal, no montante de R\$ 30.739. As projeções para estabelecer o valor recuperável foram elaboradas de acordo com o valor em uso, e foram efetuadas por um período de cinco anos e na perpetuidade. As principais premissas utilizadas em 31 de dezembro de 2023 foram as seguintes: (i) margem bruta de 22%, (ii) taxa de crescimento de 20,49% a.a., e (iii) taxa de desconto calculada depois dos impostos de 14,99% a.a., e consideraram a experiência passada da administração, assim como as expectativas de crescimento do segmento de atuação da Companhia. O valor recuperável foi comparado com o saldo contábil dos ativos que compõe a Unidade Geradora de Caixa (UGC) e, como resultado desta análise e aplicação das premissas descritas sobre os fluxos de caixa descontados para determinar a necessidade de redução ao valor recuperável do ágio, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de impairment para esta UGC. De acordo com o CPC 01, a Companhia projetou cenários de sensibilidade, os quais não resultariam em necessidade de impairment. (ii) Ágio da controlada - MP Austrália: Composto pelo ágio gerado na aquisição do investimento na Volgren no montante de R\$ 115.121. As projeções para estabelecer o valor recuperável foram elaboradas de acordo com o valor em uso, considerando a projeção no período de cinco anos e na perpetuidade. As principais premissas utilizadas em 31 de dezembro de 2023 foram as seguintes: (i) margem bruta de 23,52% a.a., (ii) taxa de crescimento de 8,29% a.a., e (iii) taxa de desconto de 17,5% a.a., e consideraram a experiência passada da administração, assim como as expectativas de crescimento do segmento de atuação da Companhia. O valor recuperável foi comparado com o saldo contábil dos ativos que compõe a UGC e, como resultado desta análise e aplicação das premissas descritas sobre os fluxos de caixa descontados para determinar a necessidade de redução ao valor recuperável do ágio, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de impairment para esta UGC. De acordo com o CPC 01, a Companhia projetou cenários de sensibilidade, os quais não resultariam em necessidade de impairment. (iii) Ágio da controlada - Metalsur: Composto pelo ágio gerado da reorganização societária na Argentina no montante de R\$ 52.172. As projeções para estabelecer o valor recuperável foram elaboradas de acordo com o valor em uso, e foram efetuadas por um período de cinco anos e na perpetuidade. As principais premissas utilizadas em 31 de dezembro de 2023 foram as seguintes: (i) margem bruta de 23,40% a.a., (ii) taxa de crescimento de 9,85% a.a., e (iii) taxa de desconto calculada depois dos impostos de 20,6% a.a., e consideraram a experiência passada da administração, assim como as expectativas de crescimento do segmento de atuação da Companhia. O valor recuperável foi comparado com o saldo contábil dos ativos que compõe a UGC e, como resultado desta análise e aplicação das premissas descritas sobre os fluxos de caixa descontados para determinar a necessidade de redução ao valor recuperável do ágio, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de impairment para esta UGC. De acordo com o CPC 01, a Companhia projetou cenários de sensibilidade, os quais não resultariam em necessidade de impairment. 15. Partes relacionadas - Controladora: (a) Saldo e transações com partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2023, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício encontram-se detalhadas no quadro a seguir.

Table with columns: Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2023. Rows include Mercobus, Valeo, WVSU, New Flyer (*), Depreciações, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Custo da propriedade para investimento, Depreciação acumulada, Valor residual, Taxas anuais de depreciação - %.

Table with columns: Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2023. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2022, Baixa, Depreciações, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Custo da propriedade para investimento, Depreciação acumulada, Valor residual, Taxas anuais de depreciação - %.

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Table with columns: Fixa, Variável, Plano de aposentadoria, Pagamento base em ações, Total. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2023.

Conselho de Administração e diretores estatutários

Table with columns: Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2023. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2023.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram exercidas as opções de compra de 1.097.057 ações preferenciais escriturais pelos administradores e empregados da Marcopolo ao preço de R\$ 2,40 por ação com um desconto de R\$ 0,39 por ação, utilizando-se das ações em tesouraria, de acordo com o previsto no plano de opções de compra de ações da Marcopolo. Também foi exercida a transferência de 20.371 ações ao valor de R\$ 2,92 conforme Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas.

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Table with columns: Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2023. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2023.

Conselho de Administração e diretores estatutários

Table with columns: Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2023. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2023.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram exercidas as opções de compra de 396.073 ações preferenciais escriturais pelos administradores e empregados da Marcopolo ao preço de R\$ 2,42 por ação com um desconto de R\$ 0,40 por ação, utilizando-se das ações em tesouraria, de acordo com o previsto no plano de opções de compra de ações da Marcopolo. Também foi exercida a transferência de 86.080 ações ao valor de R\$ 3,70 conforme Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas.

16. Empréstimos e financiamentos

Table with columns: Taxa média ponderada, Ano de vencimento, Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows include Moeda nacional, FINAME, Empréstimos bancários, BNDES - Operações Pós-fixadas, FINEP, FIDE - Fundos de desenvolvimento, Fundepar - ES, Notas de créditos exportação - Compulsório, Partes relacionadas, Moeda estrangeira, Adiantamentos de contratos de câmbio, Pré-pagamento de exportação em dólares norte-americanos, BNDES - Operações Pós-fixadas - USD, Financiamento em randes, Financiamento em renmbin, Financiamento em dólares australianos, Financiamento em pesos mexicanos, Financiamento em pesos argentinos, Subtotal de moeda nacional e estrangeira, Captações no mercado aberto, Moeda nacional, BNDES - Operações Pós-fixadas, BNDES - Operações Pós-fixadas, BNDES - Operações Pós-fixadas, BNDES - Operações Pós-fixadas, SELIC + 1,38, Subtotal de captações no mercado aberto, Subtotal de empréstimos e financiamentos, Instrumentos financeiros derivativos, Total de empréstimos e financiamentos, Passivo circulante, Passivo não circulante, As parcelas a longo prazo tem o seguinte cronograma de pagamento: De 13 a 24 meses, De 25 a 36 meses, De 37 a 48 meses, De 49 a 60 meses, Após 60 meses.

continua ->

MARCOPOLO S.A. - CNPJ nº 88.611.835/0001-29 - Companhia Aberta - CVM: 00845-1 - NIRE 43300007235

-★ continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

do valor recuperável para fins de avaliação de impairment do ativo, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da

capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas

demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2024



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7

Luis Claudio de Oliveira Guerreiro
Contador CRC-RJ 093679/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Marcopolo S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei 6404/76 e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório, sem ressalvas, da KPMG - Auditores Independentes, datado de 26.02.2024, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opinam, por unanimidade, que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Caxias do Sul, 26 de fevereiro de 2024

Francisco Sérgio Quintana da Rosa
Presidente

William Cordeiro

Cristiano Machado Costa

Marcopolo
APROXIMANDO PESSOAS

IGC
Índice de Governança Corporativa Diferenciada

ITAG
Índice de Transparência Diferenciada

Marcopolo S.A.
CNPJ nº 88.611.835/0001-29 - NIRE nº 43300007235 - Companhia Aberta

CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convidados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada às 14:00 horas do dia 28 de março de 2024, na unidade da companhia, localizada na Avenida Rio Branco, nº 4889, Bairro Ana Rech, em Caxias do Sul, RS, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I - EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** a) Apreciar e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023; b) Apreciar e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e ratificar os proventos já aprovados; c) Eleger os membros do Conselho Fiscal e fixar-lhes a remuneração; d) Fixar a remuneração global anual dos administradores. **II - EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** Alterar o Artigo 5º do Estatuto Social, conforme segue, para contemplar o aumento do capital social da sociedade homologado na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 22.02.2024: "Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 2.334.052.461,60, dividido em 1.138.271.459 ações, sendo 409.950.893 ações ordinárias escriturais, e 726.320.565 ações preferenciais escriturais, todas sem valor nominal." Os Parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º permanecerão com a redação inalterada. **INSTRUÇÕES GERAIS:** 1 - Para que os acionistas ou seus representantes legais sejam admitidos na Assembleia, deverão comparecer munidos dos seguintes documentos: (i) se pessoa física: Documento de Identidade e, se for o caso, instrumento de procuração; (ii) se pessoa jurídica: Estatuto ou Contrato Social, com Ata de eleição dos administradores e, em caso de ser representada por procurador, instrumento de procuração respectivo. Em ambos os casos, deverá ser apresentado o comprovante da qualidade de acionista da companhia expedido pelo Bradesco S.A. ou por agente de custódia; 1.1. Visando facilitar a representação de seus acionistas na Assembleia, a administração da Companhia está disponibilizando em seu site www.marcopolo.com.br menu "Governança Corporativa" - "Assembleias e Reuniões" - "Assembleias Gerais" - "2024", os seguintes documentos: - "Modelo Procuração", de forma que um advogado da Companhia possa ser indicado para representar o Acionista, sem qualquer ônus, e com estrita observância às instruções de voto e aos poderes que lhe forem outorgados; - "Boletim de Voto a Distância", para os acionistas que quiserem se utilizar dessa ferramenta para exercer o seu voto na Assembleia; 1.2. Também se encontra disponível no website da Companhia www.marcopolo.com.br, menu "Governança Corporativa" - "Assembleias e Reuniões" - "Assembleias Gerais" - "2024" - "Proposta da Administração" e "Manual para participação na Assembleia - Esclarecimentos adicionais" relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia e demais procedimentos; 2 - Sempre que possível e para uma melhor organização dos trabalhos, a companhia solicita que os mandatos e demais documentos de representação na Assembleia, sejam encaminhados à sociedade por e-mail (jvete.pistorello@marcopolo.com.br), ou depositados na sociedade, na Avenida Rio Branco, nº 4889, Bairro Ana Rech, Caxias do Sul, RS, Assessoria Jurídica, até as 14 horas do dia anterior ao da realização da Assembleia; 3 - Os documentos a que se referem o Artigo 133 da Lei 6.404/76 e o Capítulo III da Resolução CVM 081/22 encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da companhia, na unidade descrita no preâmbulo deste edital, e nos websites www.marcopolo.com.br, www.cvm.gov.br e www.b3.com.br, Caxias do Sul, RS, 27 de fevereiro de 2024. **James Eduardo Bellini** - Presidente do Conselho de Administração.



**PÁGINA
CERTIFICADA**

O jornal Pioneiro confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em pioneiro.com/publicidadelegal



**PÁGINA
CERTIFICADA**

O jornal Pioneiro confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em pioneiro.com/publicidadelegal

→* continuação

f. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS:

	2º semestre		
	2023	31/12/2023	31/12/2022
f.1 Operações de crédito:			
Saldo inicial	(20.283)	(25.008)	(29.568)
Constituição (líquida de reversão)	(2.017)	(1.019)	(4.184)
Baixas	66	3.793	8.744
Saldo final	(22.234)	(22.234)	(25.008)
f.2 Outros Créditos	2023	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(986)	(1.082)	(557)
Constituição (líquida de reversão)	31	127	-
Baixas	-	-	(500)
Saldo final	(955)	(955)	(1.057)

f.2 Total

	2º semestre		
	2023	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(21.269)	(26.090)	(30.125)
Constituição (líquida de reversão)	(1.986)	(892)	(4.184)
Baixas	66	3.793	8.244
Saldo final	(23.189)	(23.189)	(26.065)

g. REENGAJOS E RECUPERAÇÕES: Durante o exercício, os créditos renegotiados totalizaram R\$ 19.531 (R\$ 41.676 em 31 de dezembro de 2022), as baixas de créditos em atraso há mais de 360 dias totalizaram R\$ 3.793 (R\$ 8.744 em 31 de dezembro de 2022) e as recuperações de créditos baixados para prejuízo foram de R\$ 8.215 (R\$ 3.550 em 31 de dezembro de 2022). A carteira de renegociação com capital próprio em 31 de dezembro de 2023 totaliza R\$ 36.294, e apresenta 29,93% (R\$ 53.223 - 21,80% em dezembro de 2022) de provisionamento. **g.1** As renegociações englobadas pela circular SUP/ADIG nº 12/2020-BNDES de 28.03.2020, tratadas como BNDES Renegociação Emergencial estão demonstradas abaixo:

Renegociações emergenciais

	31/12/2023	31/12/2022
Valor em carteira	35.872	100.770
% da carteira total	3,63%	13,70%
% da carteira com recursos do BNDES de provisionamento	5,18%	19,94%
2,43%	2,84%	

6. OUTROS CRÉDITOS DIVERSOS:

	31/12/2023	31/12/2022
Convênios a receber (a)	5.760	1.650
Depósitos judiciais - Recursos cíveis/trabalhistas	229	204
Adiantamento e antecipações salariais	510	450
Antecipação IRPJ/CSLL não comp. no próprio exercício	13	4
Outros créditos	11	361
Total - Circulante	6.523	2.669

a. CONVÊNIO A RECEBER: Valores a receber de cobrança bancária de clientes a compensar em D+1. **7. OUTROS VALORES E BENS: a. OS SALDOS DE BENS NÃO DE USO PRÓPRIO SÃO CONFORME SEGUE:**

	31/12/2023	31/12/2022
Imóveis recebidos em dação de pagamento (bens não de uso)	6.327	7.289
Prov. p/perdas em imóveis registrados bens não de uso	(5.607)	(6.044)
Veículos retomados ou recebidos em dação de pagamento (bens não de uso)	1.261	6.410
Prov. p/perdas em veic. reg. em bens não de uso	(212)	(5.449)
Total	1.769	2.206

b. A MOVIMENTAÇÃO REFERENTE BENS NÃO DE USO PRÓPRIO É CONFORME SEGUE:

	2º Semestre de 2023		
	31/12/2023	31/12/2022	
Saldo Anterior	2.026	2.206	6.342
Retomada no período	1.346	3.712	1.714
Valor de vendas no período (Constituição)/reversão provisória bens não de uso	(2.884)	(8.595)	(7.154)
Resultado líquido das vendas dos bens não de uso	(335)	(1.229)	11.760
Saldo atual	1.769	1.769	2.206

Os veículos retomados ou recebidos em dação de pagamento são vendidos em um período máximo de 2 anos, e sobre eles são constituídas provisões para perdas, relativas à custas de manutenção e guarda entre outros gastos vinculados à venda até a data da efetiva venda do bem. Os laudos dos imóveis foram atualizados ao final do ano de 2023 não sendo necessário realizar novas provisões. **8. DEPÓSITOS:** Os depósitos estão assim demonstrados:

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos a prazo	35.884	32.815
Total	35.884	32.815

Até 3 meses De 3 a 12 meses Acima de 12 meses Total

Depósito a prazo	225	5.043	30.616	35.884
Total	225	5.043	30.616	35.884

Os depósitos a prazo estão classificados de acordo com seus vencimentos contratuais com taxa média ponderada de juros pré-fixada de 11,67% (12,76% em dezembro de 2022) com vencimentos até o ano de 2024 (até 2023 em 31 de dezembro de 2022); e pós-fixada de 12,14% (14,31% em 31 de dezembro de 2022) com vencimentos até o ano de 2026 (até 2026 em 31 de dezembro de 2022).

9. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS

	31/12/2023			31/12/2022		
	Indexador	Taxa anual	Prazo final	Valor		
FINAME	PRÉ	-	Até 1 ano	197.086	142.380	
			Entre 1 e 3 anos	287.259	196.810	
			Acima de 3 anos	129.558	82.653	
	PRÉ Total	12,04%		613.903	421.843	
	PÓS IPCA	-	Até 1 ano	4.236	13.395	
			Entre 1 e 3 anos	2.694	6.565	
			Acima de 3 anos	556	1.357	
	PÓS IPCA Total	1,30%		7.486	21.317	
	PÓS Selic	-	Até 1 ano	22.032	9.714	
			Entre 1 e 3 anos	32.492	15.078	
			Acima de 3 anos	17.289	4.340	
	PÓS Selic Total	1,38%		71.813	29.132	
	PÓS TJLP	-	Até 1 ano	-	1.218	
			Entre 1 e 3 anos	-	18	
	PÓS TJLP Total	-		-	1.236	
FINAME Total				693.202	473.528	
Progeren	PRÉ	-	Até 1 ano	9.744	14.365	
			Entre 1 e 3 anos	3.753	14.335	
			Acima de 3 anos	-	292	
	PRÉ Total	8,30%		13.497	28.992	
Progeren Total				13.497	28.992	
Total geral				706.699	502.520	

10. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS:

	31/12/2023	31/12/2022
IR	7.303	2.395
CS	6.446	2.362
Impostos sobre folha de pagto	748	577
ISSQN/PIS/COFINS	310	256
Impostos retidos de terceiros	28	12
Total - Circulante	14.835	5.602

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES:

	31/12/2023	31/12/2022
Provisões para pagamentos a efetuar	6.160	4.432
Rendas antecipadas (a)	467	959
Outras (b)	320	603
Operações de crédito a liberar (c)	239	33
Provisão para avais e fianças de liquidação duvidosa (nota 5.d)	-	25
Total	7.186	6.052
Circulante	7.186	6.052
Exigível a longo prazo	-	-

a) O valor de rendas antecipadas refere-se ao valor das rendas das operações de Intervenção recebido na contratação das operações a ser apropriado durante o prazo do contrato. **b)** O valor em "outras" refere-se, sobretudo, a retenções de pagamentos a cliente cuja liquidação está aguardando decisão judicial para ser executada. **c)** As operações de crédito a liberar correspondem a financiamentos contratados pendentes de desembolso a clientes, no prazo médio de três dias. **12. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o Banco possuía processos contingentes classificados como de perda provável registrado no "Exigível a Longo Prazo". O Banco é parte em processos judiciais classificados como de perda provável, conforme abaixo detalhados:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do Banco Moneo S.A.

	31/12/2023		31/12/2022	
Passivos contingentes - processos cíveis (a)	1.235	673		
Passivos contingentes - processos trabalhistas (b)	1.165	1.068		
	2.400	1.741		
a. A MOVIMENTAÇÃO DE PASSIVOS CONTINGENTES CÍVEIS É CONFORME SEGUE:				

	31/12/2023		31/12/2022	
Saldo inicial	673	506		
Provisões cíveis no período	562	171		
(-) Reversão de provisões cíveis no período	-	(4)		
Saldo Final	1.235	673		

b. A MOVIMENTAÇÃO DE PASSIVOS CONTINGENTES TRABALHISTAS É CONFORME SEGUE:

	31/12/2023		31/12/2022	
Saldo inicial	1.106	1.035		
Provisões trabalhistas no período	100	36		
(-) Reversão de prov. trabalhistas no período	(41)	(3)		
Saldo Final	1.165	1.068		

a. PROCESSOS CÍVEIS - São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Banco. O valor das contingências possíveis não provisionadas totaliza o montante de R\$ 611 (R\$ 1.500 em 31 de dezembro de 2022) referente a processos cíveis relativos a revisionais de contrato, indenizações, entre outros, composto por um total de 5 ações em 2023 e 8 ações em 2022. **b. PROCESSOS TRABALHISTAS** - trata-se de processos impetrados por ex-funcionários do Banco. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos de empresa terceirizada contratada, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa. O valor de contingências possíveis não provisionada totaliza o montante de R\$ 58 (R\$ 36 em 31 de dezembro de 2022), referente reclamação trabalhista composta por 1 ação em 2023. **c. CRONOGRAMA DE ESTIMATIVA DE DESEMBOLSO DE PROVISÕES:**

	Cíveis		Trabalhistas	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Até 5 anos (a)	1.235	1.165	1.165	1.165
Total	1.235	1.165	1.165	1.165

a. Diante da imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, aliado à possibilidade de alteração na jurisdição dos tribunais, os valores e o cronograma de desembolso apresentados podem sofrer variações. **13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO:** a) Capital social: O capital social do Banco, subscrito e integralizado, é de R\$ 150.000 (R\$ 150.000 em 2022), e está representado por 150.000 (em 2022 total de 150.000 ações) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de acionistas domiciliados no país. b) Reservas de lucro: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva estatutária em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 102.821 (R\$ 80.776 em 2022) corresponde aos saldos remanescentes dos lucros acumulados à disposição da Assembleia Geral Ordinária conforme prevista no Art. 27.c do Estatuto Social. A referida reserva visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado. c) Dividendos: Conforme Art. 27 do estatuto do Banco é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de março de 2023, foram pagos dividendos no montante de R\$ 4.545 referente ao ano de 2022 (em 31 de março de 2022, foram pagos dividendos no montante de R\$ 2.621 referente ao ano de 2021).

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício	30.940	19.138
(-) Constituição de reserva legal (5%)	(1.547)	(957)
Base de cálculo dos dividendos mínimos	29.393	18.181
Dividendos propostos	7.348	4.545

14. IR E CS: a. IR E CS CORRENTES: Conciliação do resultado de IR pessoa jurídica e CS sobre o lucro do semestre e exercício:

	2º semestre		
	2023	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes da tributação	26.839	56.236	34.172
IR e CS às alíquotas nominais de 40% e 45% (nota 3.g) (a)	(12.078)	(25.306)	(15.377)
Base de Cálculo CS Agosto a Dezembro 21%	-	-	(13)
Adições permanentes no imposto corrente	(494)	(635)	(320)
Benefícios fiscais Vale Cultura, Programa de Alimentação ao Trabalhador e doações	503	621	335
Benefícios fiscais Lei do Bem 2022	-	-	162
Benefícios fiscais Lançamentos extemporâneos 2021	-	-	155
Adicional 10% IR	12	24	24
IR e CS no resultado	(12.057)	(25.296)	(15.034)
IR corrente	(5.433)	(10.242)	(4.838)
CS corrente	(4.409)	(8.361)	(3.993)
IR diferido	(1.112)	(3.662)	(3.446)
CS diferido	(1.103)	(3.031)	(2.757)
Total	(12.057)	(25.296)	(15.034)

b. IR E CS DIFERIDOS: Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias está registrado no grupo "Outros Créditos" e é assim representado:

	31/12/2023		31/12/2022	
Diferenças temporárias				
Prov. p/perdas esp. assoc. risco de créd. (nota 5.e)	23.189	26.089		
Créditos baixados para prejuízo	4.372	11.328		
Provisão para contingências	2.400	1.741		
Provisão para perdas em bens não de uso (nota 7)	5.819	11.494		
Base de cálculo para IR	35.780	50.652		
Provisão gratificação Administração (só para CS)	-	-		
Base de cálculo para CS	35.780	50.652		
Impostos diferidos - IR	8.945	12.663		
Impostos diferidos - CS	7.156	10.131		
Ativo fiscal diferido	16.101	22.794		
Real. a LP (classificado em "Outros créditos")	16.101	22.794		
Ativo fiscal diferido total	16.101	22.794		

c. MOVIMENTAÇÃO:

	31/12/2023		31/12/2022	
Saldo anterior	22.793	28.996		
Crédito tributário líquido constituído	12.876	8.457		
Crédito tributário líquido realizado	(19.568)	(14.659)		
Saldo atual	16.101	22.794		

d. EXPECTATIVA DE REALIZAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS: Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é conforme demonstrado abaixo:

	2º semestre		
	2023	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de processamento de dados	934	1.690	1.540
Despesas de viagem no país	640	1.187	1.127
Despesas de serviços do sistema financeiro	565	1.092	964
Despesas de contribuições filantrópicas	378	396	244
Despesas de serviços técnicos especializados	263	567	691
Depreciações e amortizações	230	459	372
Registros de Contratos - DETRANS	221	433	268
Despesas com localização e funcionamento	148	328	356

	2º semestre		
	2023	31/12/2023	31/12/2022
Outras	167	215	78
Despesas de propaganda e publicidade	103	172	154
Custas Jud. e cartorárias de bens retomados	64	121	551
Total	3.713	6.660	6.345

16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS:

	2º semestre		
	Aliquota	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição p/o financiamento da seguridade social (COFINS)	4,00%	1.518	2.827
Prog. de integração social (PIS)	0,65%	247	459
Imposto sobre serviços (ISS)	5,00%	33	73
Outras			

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do Banco Moneo S.A.						
-★ continuação						
impactos em seu resultado, através dos 3 cenários elencados abaixo. Cenário 1 Otimista: considerando uma melhora de produção de 10%, elevação da qualidade de crédito em 10% (PCLD menor), redução nas taxas de captação em 10%; Cenário 2 Pessimista I: considerando uma piora de produção de 10%, piora na qualidade do crédito em 10% (PCLD maior), aumento nas taxas de captação em 10%; Cenário 3 Pessimista II: considerando uma piora de produção de 20%, piora na qualidade do crédito em 20% (PCLD maior), aumento nas taxas de captação em 20%.						
	Efeito Bruto no Resultado 2023			Efeito Líquido no Resultado 2023		
	Cenário 1 Otimista	Cenário 2 Pessimista I	Cenário 3 Pessimista II	Cenário 1 Otimista	Cenário 2 Pessimista I	Cenário 3 Pessimista II
Produção	15.238	(15.238)	(30.477)	8.381	(8.381)	(16.762)
Qualidade do Crédito - PCLD	561	(561)	(1.122)	309	(309)	(617)
Captações	5.080	(5.080)	(10.159)	2.794	(2.794)	(5.587)
Produção						
Qualidade do Crédito - PCLD						
Captações						
23. INSTRUMENTOS DERIVATIVOS: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Banco não possui operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos, sendo os instrumentos financeiros ativos e passivos registrados aos seus valores de negociação os quais se aproximam dos respectivos valores justos.						
Conselho de Administração			Diretoria			Contadora
Mauro Gilberto Bellini - Presidente do conselho José Antonio Valiati - Conselheiro Paulo Cezar da Silva Nunes - Conselheiro			José Antonio Valiati - Diretor administrativo financeiro e riscos Rodrigo Tolotti - Diretor de crédito e cobrança Eraldo Paim de Araújo - Diretor comercial			Claudia Spiller CRC/RS 80.406/0-4
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras						
<p>Aos Administradores e Acionistas do Banco Moneo S.A. - <i>Caxias do Sul/RS</i>. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Moneo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Moneo S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relató-</p>						
<p>tório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas</p>						
<p>divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2024. KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP-014428/0-6. Fernando Antonio Rodrigues Alfredo - Contador - CRC 1SP-252419/0-0.</p>						



**PÁGINA
CERTIFICADA**

O jornal Pioneiro confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em pioneiro.com/publicidadelegal